

| 526 | DINÂMICA METROPOLITANA NO CENTRO-OESTE:
CONCENTRAÇÃO, PRODUÇÃO HABITACIONAL E
RECONFIGURAÇÃO URBANA EM GOIÂNIA E BRASÍLIA

Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira, Elcileni de Melo Borges

Resumo

Este texto apresenta uma análise sobre a dinâmica socioespacial das duas metrópoles do Centro-Oeste, e propõe uma reflexão sobre a consolidação da metropolização na região, bem como, da concentração urbana em território goiano – a qual vem definindo uma nova feição de “arranjo urbano-regional”, conforme denomina as novas nomenclaturas. Consideramos que a nova dinâmica territorial e re-configuração urbana e socioespacial da região ganha maior dinamismo no contexto de crescimento da produção habitacional recente com os novos programas populares – e é impactada por estes. Buscando evidenciar tais pressupostos, além de apresentar os dados demográficos dos últimos Censos do IBGE, empreendeu-se uma breve revisão dos estudos de referência sobre a rede urbana brasileira e da literatura de caracterização do chamado “Eixo Goiânia-Brasília”, para, por fim, analisar os dados da produção habitacional recente: limitando-se aos dados do Programa *Minha Casa Minha Vida*, a partir da base de dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG (dados até agosto de 2012).

Palavras-chave: dinâmica metropolitana; Centro-Oeste; produção habitacional; reconfiguração urbana.

Configuração da rede urbana do Centro-Oeste

A ocupação territorial do Centro-Oeste teve o papel decisivo da ação promotora do Estado nacional. Iniciada a partir dos anos 1930, com o ingresso do país em um padrão de acumulação urbano-industrial e as políticas de ocupação das fronteiras agrícolas, o processo de integração ao território brasileiro é marcado por dois momentos diferentes: com a chamada Marcha para o Oeste de Getúlio Vargas; e com o Plano de Metas de Juscelino Kubitscheck – culminando com a construção das duas cidades planejadas, em cada momento: Goiânia e Brasília.

A consolidação desse processo nos anos 1970, com a modernização agropecuária, os programas governamentais de incentivo às frentes comerciais (Polocentro, Prodecir, entre outros), a transformação dos cerrados em área de aptidão agrícola, incrementando a exportação de *commodities* e o avanço do *agribusiness* no território centroestino, além da infraestrutura rodoviária implantada, estimulou fortes movimentos migratórios devido às mudanças no perfil do trabalho e do emprego, definindo o atual sistema de cidades da região.

Todavia, como lembra Steinberger (2003), o avanço do processo de agroindustrialização na região não trouxe desdobramentos diretos para seus núcleos urbanos e não alterou significativamente a rede urbana anterior (denominada Centro-Norte), onde “Goiânia e Brasília já pontificavam como determinantes na configuração da rede urbana da região Centro-Oeste.”

Nos anos 90, assistiu-se uma intensificação da concentração populacional e econômica nessas duas cidades (Goiânia e Brasília), acompanhada da expansão de suas periferias e dos fluxos migratórios inter e intra-regionais, acentuando a tendência a metropolização em curso.

Do ponto de vista do processo de metropolização institucional, possibilitado com o advento da Constituição Federal de 1988, que facultou aos Estados federados a criação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões (Art. 25, parágrafo 3.), o primeiro aglomerado institucionalizado do Centro-Oeste foi a Região Integrada de Desenvolvimento – RIDE do Distrito Federal (Lei Complementar Federal n.94/1998). No ano seguinte, foi institucionalizada pelo Governo estadual a Região Metropolitana de Goiânia (LCE n.27/1999). E, em 2009, também foi institucionalizada pelo Governo estadual a Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá/Mato Grosso (LCE n.359/2009).

Para além da metropolização institucional, as transformações ocorridas no sistema urbano regional do Centro-Oeste nas últimas décadas e sua evolução na hierarquia da rede urbana brasileira, vistas a partir dos estudos de referência da rede urbana do país, evidenciam a consolidação de Brasília como Metrópole Nacional e Goiânia, Metrópole Regional. É o que mostra a pesquisa *Regiões de Influência das Cidades – 2007* (IBGE, 2008), que identificou o nível de hierarquia dos centros urbanos, descrevendo fluxos entre as cidades brasileiras e dimensionando a abrangência de sua polarização, levando em conta os impactos da globalização, das novas tecnologias e divisão territorial do trabalho. Tendo o município como escala de análise (todos os municípios brasileiros), ou as áreas e subáreas de concentração populacional (ACPs e Sub-ACPs), ao todo, a pesquisa identificou no Brasil “12 redes urbanas comandadas por Metrópoles”¹– valendo observar que as pesquisas do IBGE sobre a rede urbana

¹ São Paulo (Grande metrópole nacional), Rio de Janeiro e Brasília (Metrópole nacional), e Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Goiânia (Metrópole regional). Em todo o Centro-Oeste o Regic 2007 identificou: duas Capitais Regionais A (Campo Grande – MS e Cuiabá – MT); uma Capital Regional C (Dourados – MS); e sete Centros Sub-Regionais A (Anápolis, Itumbiara e Rio Verde – em Goiás, e Barra do Garças, Cáceres, Sinop e Rondonópolis – em Mato Grosso).

tiveram edição em 1966, 1978 e 1993, e somente na pesquisa de 2007 é que Brasília ganha lugar de destaque na hierarquia da rede urbana nacional.

Visando atrair condições de interiorização e o equilíbrio do desenvolvimento nacional, o estudo *Dimensão Territorial para o Planejamento*, desenvolvido para o Governo Federal pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG (Brasil, 2008), propôs uma nova organização territorial para o país, a partir da desconcentração das áreas de maior densidade – o policentrismo. Em síntese, o estudo recomenda atenção aos problemas relacionados às Regiões Metropolitanas, principalmente aqueles ligados às carências importantes em habitação, saneamento e transportes urbanos, dividindo o Brasil em: “seis grandes regiões”; “onze macrorregiões” (incluindo a *Macrorregião bipolarizada por Brasília e Goiânia*); além de 18 macropolos – 11 já consolidados e 07 “novos macropolos”, quatro deles propostos com o papel de “fortalecer a integração do miolo do país e frear a tendência à “megaconcentração” em Brasília.

Novas dinâmicas urbano-regionais no espaço goiano: Eixo Goiânia-Brasília

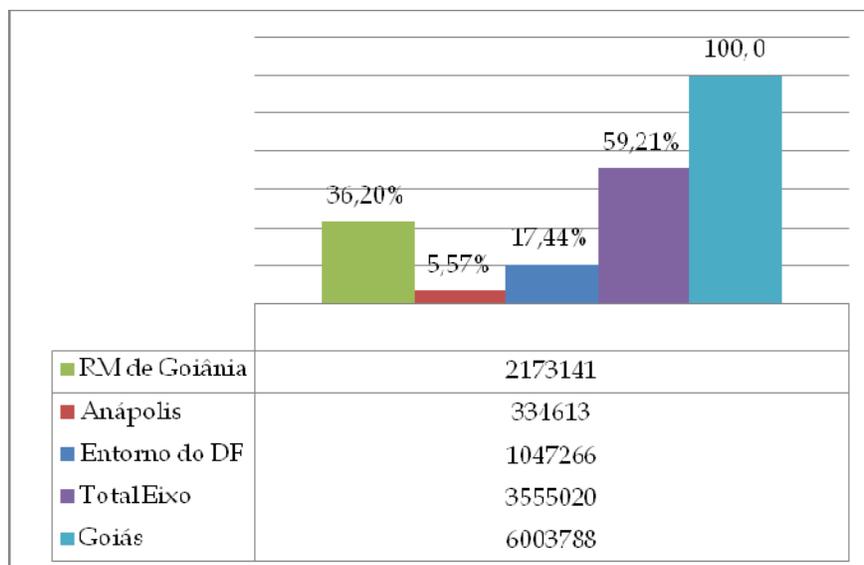
A concentração populacional nessa área do território goiano, no período entre 2000 e 2010, foi analisada por MOYSÉS, BORGES e CUNHA (2011) por dois recortes espaciais: entre as 05 mesorregiões e as 18 microrregiões de Goiás definidas pelo IBGE. Constatou-se que 50,91% da população goiana vivem na mesorregião Centro Goiano, que abriga a Região Metropolitana de Goiânia e a microrregião de Anápolis; e outros 19,32% na mesorregião Leste Goiano, que abriga a microrregião do Entorno do Distrito Federal – ou seja, aproximadamente 70% da população goiana concentram-se nessa regionalidade.²

A área formada por influência da Capital do Estado – Goiânia/GO e pela capital do país – Brasília/DF, distantes 209 km, tendo Anápolis-GO em seu entremeio, conforme pontua Barreira (2011) “tem como especificidade a proximidade, a alta densidade demográfica e a maior dinâmica do capital, tanto no fluxo de pessoas e informações, como de mercadorias, formando uma rede urbana que se articula em nível nacional e internacional”.

² Os dados podem ser vistos em MOYSÉS, A; BORGES, E. M. e CUNHA, D. F. **O estado de Goiás e a Região Metropolitana de Goiânia no Censo 2010**. Boletim Informativo do Observatório das Metrôpoles/INCT-CNPq. Ano III, nº 196, p. 1-27, 03 de agosto de 2011. In: www.observatoriodasmetrolopes.net

Desagregando os dados da população dos três núcleos urbanos e seus entornos, observa-se que aproximadamente 60% da população goiana concentram se nas imediações do Eixo Goiânia-Brasília (conforme Gráfico a seguir).

Gráfico 1: População Eixo Goiânia-Brasília (2010)



Fonte: IBGE - Censos Demográficos; Observatório das Metrôpoles - Núcleo Goiânia

* Nota: apenas a população dos municípios goianos integrantes da RIDE DF.

A população total da **Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno** - RIDE.DF (criada pela LCF nº 94, de 19 de fevereiro de 1998) constituída pelo DF, 03 municípios de Minas Gerais (Buritiz, Cabeceira Grande e Unaí) e 19 municípios goianos, alcançou, em 2010, aproximadamente **3,717 milhões de habitantes**. A área mais densa está no DF (69% da população do aglomerado institucionalizado). A menor participação é dos municípios de Minas Gerais os quais localizam-se mais distantes do núcleo: 2,9%. Enquanto que os municípios goianos abrigam outros 28,1% da população da RIDE (algo em torno de 1,047 milhão de habitantes) e é para onde se dirigem os fluxos migratórios que demandam a capital federal.

Compondo grande área conurbada ao DF, estes municípios funcionam como verdadeiras "cidades-dormitório", concentrando também as maiores mazelas decorrentes das aglomerações desordenadas: pobreza, baixo IDH, poucos empregos múltiplas atividades que proliferam na informalidade, distantes das benéficas da agroindustrialização, além de: precariedade urbana, déficit de serviços de saúde, educação, saneamento básico, altíssimos índices de violência, altamente dependente da

capital federal e das transferências de rendas e tributos – enfim, uma região marcada pela desigualdade.³

Conforme Ribeiro (2011), entre 2000 e 2010, a taxa média de crescimento da RIDE.DF foi 2,3%, sendo que **o crescimento dos municípios goianos do Entorno foi maior** que a do DF propriamente, e também maior que os municípios de Minas Gerais integrantes da RIDE.DF: DF 2,4%; MG 1,0% e **GO2,6%**, evidenciando o crescimento da Periferia metropolitana, em vista, principalmente, da corrente migratória em busca de menores custo de vida e de moradia nas imediações da capital federal.

No outro espectro, a **Região Metropolitana de Goiânia**, composta por 20 municípios (alterações da LCE nº 078 de 2010), naquele ano somava uma população de **2.173 milhões de habitantes** e taxa de urbanização de 98,0%. Sendo que apenas 04 municípios metropolitanos – Goiânia (o Pólo), Aparecida de Goiânia, Trindade e Senador Canedo, concentram aproximadamente 90% da população do aglomerado: em torno de 2 milhões de habitantes (1.946.589).

Em termos de participação da população metropolitana no total estadual passou de 34,8% para 36,2%, entre 2000-2010, e corresponde a 2/3 do total do Estado. A taxa média de crescimento anual da população metropolitana foi 2,23%, acima, portanto, do crescimento do Estado de Goiás de 1,84%.

Comparando as taxas de crescimento anual da RM de Goiânia, dividida em seu Núcleo e Periferia,⁴ observa-se que a Periferia apresentou crescimento de 3,0% a.a. – contra 1,8% do Núcleo. E o peso populacional de ambos segue caminhos inversos: enquanto o Núcleo vai perdendo peso – de 62,7% para 59,9%; a Periferia vai aumentando sua fatia populacional – de 37,3% para 40,1%.

No período considerado, observa-se que três municípios metropolitanos figuram entre os 10 primeiros no *ranking* de crescimento anual de Goiás: Goianira (6,17%), Senador Canedo (4,74%) e Santo Antônio de Goiás (4,21). Os municípios de Abadia de Goiás e Bonfinópolis tiveram crescimento de 3,29% e 3,48%, respectivamente. E Aparecida de Goiânia, já totalmente conurbada ao Pólo, cresceu 3,08%.

³ A singularidade do Entorno de Brasília foi tratada por Guimarães & Leme. **A região Metropolitana de Brasília**. IPEA/IBGE/NESUR-UNICAMP. Relatório de Pesquisa, 1999, Apud Leme (2003) Op. Cit.

⁴ Considera-se como Núcleo metropolitano o município Pólo (Goiânia), e a Periferia metropolitana os 19 municípios que compõem a RM de Goiânia.

Todos estes municípios apresentam níveis Muito Alto, Alto e Médio de integração na dinâmica metropolitana⁵ – com exceção de Abadia de Goiás – localizam-se em áreas contíguas ao Pólo, dispõem de maior mobilidade (todos integrados ao CMTC - Companhia de Transportes), acesso aos equipamentos e serviços e ao mercado de trabalho da metrópole. Vêm recebendo os maiores investimentos de infraestrutura urbana e se tornam alvo freqüente da ação do capital imobiliário devido ao preço da terra e a maior demanda da classe trabalhadora e migratória que, por razões econômicas e sociais vão buscar solução de moradia no entorno (localização do maior número de empreendimentos do MCMV, PAC Habitação e Crédito Solidário etc).

Por sua vez, a cidade de **Anápolis**, localizada entre Goiânia e Brasília, distante apenas 50 km do pólo metropolitano de Goiânia (importante pólo logístico, maior distrito agroindustrial do Estado e do Cento-Oeste, contando com pólo farmacêutico, base aérea, porto seco, servido pela ferrovia Centro Atlântica, 2º PIB estadual etc.) possuía, em 2010, uma população de **334.613 mil habitantes**.

Assim, conjuntamente, os três principais núcleos urbanos da região Centro Oeste - Goiânia-Anápolis-Brasília - concentram mais da metade de toda a população da região (**6,224 milhões de habitantes**), formando “o terceiro conglomerado urbano e mercado consumidor do país” (atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro).

Qualificando o fenômeno, Arrais (2007) caracterizou a denominada “Região Centro-Goiano”⁶ cuja base territorial estende-se de Goiânia, passando por Anápolis, até Brasília, como “área urbana com expressiva influência na dinâmica regional”, formando, uma região *polinucleada* (dois centros: Goiânia-Anápolis, núcleo Oeste e a centralidade de Brasília, núcleo Leste), *multifuncional* (cada centro guarda uma combinação específica de funções, sendo Brasília a mais terciária) e *fragmentada* (as periferias dos dois núcleos não estão integradas à região, a qual é marcada por forte processo de exclusão social).

Discorrendo sobre a fragmentação dessa extensa área, vários autores têm apontado que o inchaço populacional nas últimas décadas vem ocasionando um “rearranjo territorial”, o crescimento das suas periferias e expansão urbana acelerada, sem regras para ocupação e uso do solo, e o retalhamento territorial pelos

⁵ A classificação do nível de integração dos municípios metropolitanos pode ser vista em: LIMA, J. J. F. e MOYSÉS, A. (Org.), **Como Andam Belém e Goiânia**. Série Como Andam as Regiões Metropolitanas – Letra Capital/Observatório das Metrôpoles. 2ª Ed. V. 11. P. 85-121. Rio de Janeiro, 2009.

⁶Adjetivo adotado pelo autor, e não se refere nem à mesoregião Centro Goiano (do IBGE), nem à Região de Planejamento Centro Goiano (da SEPLAN). In: ARRAIS, T. A. **A região como arena política: um estudo sobre a produção da região urbana Centro-Goiano**. Ed. Vieira, Goiânia, 2007.

especuladores imobiliários – movimento acentuado em tempos de abundante oferta de recursos com a política habitacional recente (PAC, MCMV, Crédito Solidário etc.).

O reconhecimento do Eixo Goiânia-Brasília como um “arranjo espacial” com peso significativo nas novas dinâmicas urbano-regionais aparece em vários estudos e análises. Moura (2009) identificou e conceituou os “Arranjos Urbanos Regionais” no Brasil, como uma categoria espacial específica, de significado complexo e abrangente, entre os quais, o “eixo Goiânia/Brasília no Centro-Oeste”, cuja dinâmica apresenta intenso fluxo de relações e extensa área de abrangência de polarização, reforçada pela importância da função de gestão e comando político nacional de Brasília, “o que lhe atribui ‘natureza urbano-regional.’”⁷

Também Magalhães (2008) analisou as especificidades brasileiras no tocante às “tendências recentes de urbanização dos entornos metropolitanos” e da “urbanização de escala regional”. Tomando como referência a definição da “pós-metrópole” de Soja, enfatizada no intuito de reunir as abordagens pós-estruturalistas, pós-fordistas e pós-keynesianas e suas implicações espaciais – onde o “espaço-cidade” se amplia, formando “um sistema regional e policêntrico mais amplo de assentamentos nodais que interagem uns com os outros, uma cidade-região” (Soja, 2000, p. 16 Apud Magalhães, 2008), o autor afirma que embora tais tendências se manifestem de forma mais expressiva na área do entorno da RM de São Paulo (RM Baixada Santista e de Campinas), “existem outros casos incipientes no Brasil”, mas com sinais de formação desta área “macro-metropolitana”, como: Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba; e alguns que se manifestam em “eixos que se tornam urbanizados”, como **Goiânia-Brasília**, Florianópolis-Joinville-Blumenau, Maringá-Londrina, Porto Alegre-Caxias do Sul, entre outros.⁸

Não obstante, conforme os dados do IBGE, as RMs de Goiânia e a RIDE DFestão entre as cinco com maior crescimento no Brasil (atrás apenas de Manaus, Macapá e a pequena Foz do Rio Itajaí, em Santa Catarina), fato que vem levando segmentos da mídia otimista a eventualmente levantar a especulação “se essa região dentro de algumas décadas estará totalmente conurbada, formando uma “megalópole” em pleno Brasil Central”.

⁷ Ao todo foram identificadas no Brasil nove AURs. In: MOURA, R. (2009). **Arranjos Urbanos-Regionais: uma categoria espacial complexa na metropolização contemporânea**. Seminário Nacional Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano. UFRN – Natal, setembro de 2010

⁸ MAGALHÃES, F. N. C. **Da metrópole à cidade-região: na direção de um novo arranjo espacial metropolitano**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V. 10, N. 2, P. 9-27. ANPUR, novembro, 2008.

Ao que parece mera especulação, mas não raro encontra-se essa fundamentação em documentos oficiais. É o caso do Projeto viário do “trem de média velocidade” para o transporte de passageiros e carga no corredor Brasília-Anápolis-Goiânia, sob a responsabilidade da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco, financiado pelo Banco Mundial, e do qual participam os governos de Goiás, do Distrito Federal, os ministérios do Transporte e da Integração Nacional, o DNIT, a Valec, e a ANTT, cuja justificativa se embasa no crescimento populacional no entorno da área: “previsão de 20 milhões de habitantes no Eixo Goiânia-Brasília, até 2027, formando a segunda conurbação do País e a região brasileira com uma das maiores rendas per capita”.

Produção habitacional recente: o MCMV na RM de Goiânia e RIDE.DF

A retomada do financiamento público habitacional nos anos recentes, sobretudo a partir da criação do Ministério das Cidades (2003) e do Sistema e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS (Lei nº 11.124/2005), bem como de uma série de medidas dando maior segurança jurídica e financeira aos agentes imobiliários, incentivando-os a ampliar a demanda atendida, vem propiciando um cenário muito dinâmico a indústria da construção civil brasileira, a incorporação das classes de menores rendas ao mercado formal de Moradia, alterando profundamente a configuração espacial das metrópoles brasileiras..

A partir de 2005 com o lançamento do programa Crédito Solidário, e em 2007, com o Programa de Aceleração do Crescimento, modalidade PAC Habitação, a injeção de grande soma de recursos governamentais na política habitacional já atraía a iniciativa privada para a produção habitacional ao “segmento econômico”. No ano de 2009, em resposta à crise econômica mundial, o governo federal lançou o programa habitacional Minha Casa Minha Vida - MCMV, com o objetivo de produzir um milhão de casas no país. Em 2011 teve início a segunda fase do programa, tendo como meta a produção de mais dois milhões de unidades no território nacional.

Visando aquecer a economia nacional através de estímulos às atividades da construção civil no país, o MCMV foi moldado para atender a promoção pública habitacional, mas, sobretudo o segmento econômico popular deste mercado, em parceria com estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos.

O aquecimento do setor construtivo no país (para muitos um *boom* imobiliário) permite afirmar que o impacto das medidas e programas implementados pelo governo federal sobre a economia alcançou grande êxito.

Em Goiás o cenário do mercado imobiliário não é diferente. No que diz respeito aos financiamentos habitacionais observa-se grande evolução: entre 2003 e 2010 o total de empréstimos habitacionais que era de R\$ 7,7 milhões alcançou a cifra de R\$ 1.122,7 bilhão (somente recursos do SBPE).

Grande parte desse desempenho é atribuída ao Programa *MCMV* - o Estado vem se destacando nacionalmente como líder em contratações no Programa (1º lugar em 2010 e 2º lugar em 2011 em termos de contratações/meta estabelecida). No programa *MCMV Entidades*, Goiás também figura em 1º lugar entre 15 Unidades da Federação que efetivaram propostas no programa, "tendo contratado 2.830 unidades habitacionais desde que o programa foi criado em 2009". E no *MCMV 2*, Goiás também foi campeão de avanços no ritmo de contratações, alcançando 88 mil unidades contratadas, influenciando no desempenho da Região Centro-Oeste que também aparece em primeiro lugar entre as cinco regiões brasileiras (Fonte: balanços CAIXA e Valor Econômico, 02/03/2012).

Internamente ao território goiano, o destaque na distribuição dos recursos e investimentos de habitação de interesse social, em todos os programas e modalidades, é o maior volume de contratações nos municípios do Entorno do Distrito Federal e na RM de Goiânia, as duas maiores aglomerações do Estado.

No âmbito do Programa *MCMV*, tanto os de origem do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR (faixa de renda 0 a 3 salários mínimos), quanto os do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU (faixa de renda 3 a 6 salários mínimos), observa-se a maior presença na RM de Goiânia e no Entorno do DF, seguido pelas regiões Sudoeste e Sul/Sudeste de Goiás.

Somente na primeira fase do *MCMV*, até o final de 2010, foram contratadas no Estado de Goiás, 33.786 unidades habitacionais por meio da modalidade *MCMV/PNHU* e 10.475 por meio do *MCMV/Recursos FAR*, totalizando 44.261 unidades habitacionais contratadas.

O investimento total no âmbito do *MCMV/PNHU* em Goiás somou recursos de R\$ 1,6 bilhão, sendo que 40,3% deste concentram-se na RM de Goiânia e 35,8% no Entorno do DF. O Centro Goiano responde por 9,8% do valor total

contratado, o Sudoeste por 5%, o Sul por 4,6%, o Sudeste por 2,3% e as demais regiões apresentam proporções abaixo de 1%.

Já as unidades habitacionais contratadas no âmbito do MCMV/FAR somam um investimento de R\$ 412,6 milhões, sendo que a RM de Goiânia participa com 62% desse valor, tendo contratado 6.392 unidades habitacionais - e o Entorno do DF com outros 4,61% do investimento na contratação de 530 unidades habitacionais (nos municípios de Águas Lindas de Goiás e Formosa).

Cabe aqui abrir um parêntese para mencionar o caso do Distrito Federal no Programa MCMV. Na primeira fase do Programa o DF aparece como 1 das 3 Unidades Federadas que menos contratou recursos do MCMV: até dezembro de 2010, foram contratadas 13.344 unidades habitacionais totais, sendo 60% na Faixa 3 (de 6 a 10 SM) e 40% na Faixa 2 (de 3 a 6 SM), ou seja, nenhuma UH na Faixa de menor poder aquisitivo (0 a 3 SM). A questão do preço da terra parece emperrar o Programa no DF, uma vez que Brasília tem os terrenos mais caros do país. Para deslanchar o Programa no DF seria necessário o desenvolvimento de amplas parcerias entre os Governos, agilizando a doação de terras, por exemplo, pois nos moldes do Programa, a resposta da CAIXA (gestora do Programa) é que nenhum construtor apresentou projeto na Faixa 1.

No MCMV 2, a SEDHAB.DF informa a contratação de 30 mil unidades habitacionais pelo Distrito Federal para o atendimento dessa população com renda de zero a três salários mínimos. As novas unidades habitacionais serão construídas no entorno das cidades satélites: Gama, Santa Maria, Riacho Fundo II, Recanto das Emas, Samambaia, Paranoá e Sobradinho - mas não constam dos dados que apresentaremos a seguir devido os contratos terem sido efetivados após o período abordado.

Na comparação nacional do número de unidades habitacionais contratadas no âmbito do Programa MCMV entres as Regiões Metropolitanas do país, com base do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, até agosto de 2012 - dados em números absolutos e sem considerar o porte populacional das RMs -, pode-se observar o forte desempenho da RM de Goiânia, que aparece em 9º lugar nas contratações do MCMV/FAR e na contratação total (incluindo FDS, urbanização, MCMV/PNHU e Rural e FGTS - Faixa 2 e 3): 10.655 unidades habitacionais na Faixa 1 (0 a 3 SM) e 22.502 unidades habitacionais no total. Na mesma comparação, no entanto, o Programa MCMV na RIDE.DF não é destaque nacional, certamente pelas razões explicitadas anteriormente - mas não deixa de ser expressivo, principalmente, quando se considera que todos os projetos localizam-se em municípios do território goiano:

1.854 unidades habitacionais na Faixa 1 (0 a 3 SM) e 8.341 unidades habitacionais nas demais faixas - e, (conforme os Gráficos a seguir).

Gráfico 2: Número de Unidades do MCMV por Região Metropolitana - Faixa 1 (até 3 SM) - 2009 à agosto/2012

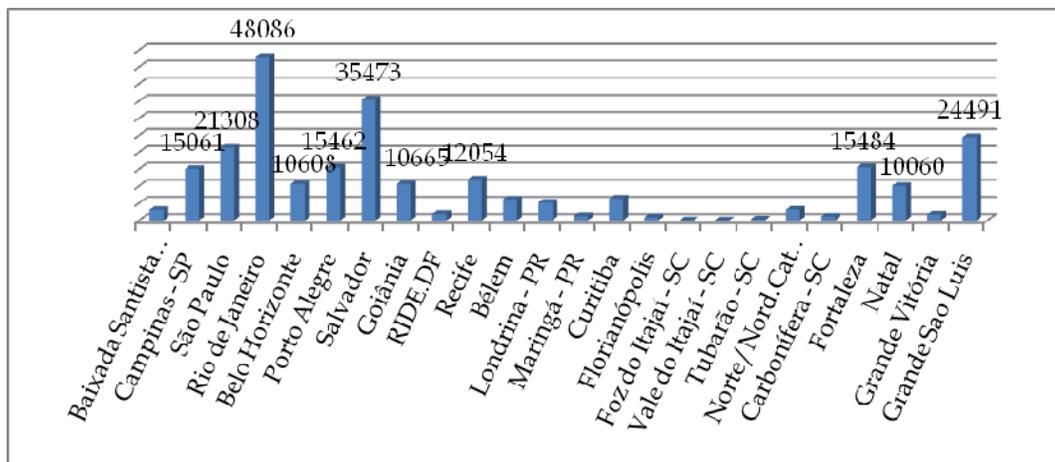
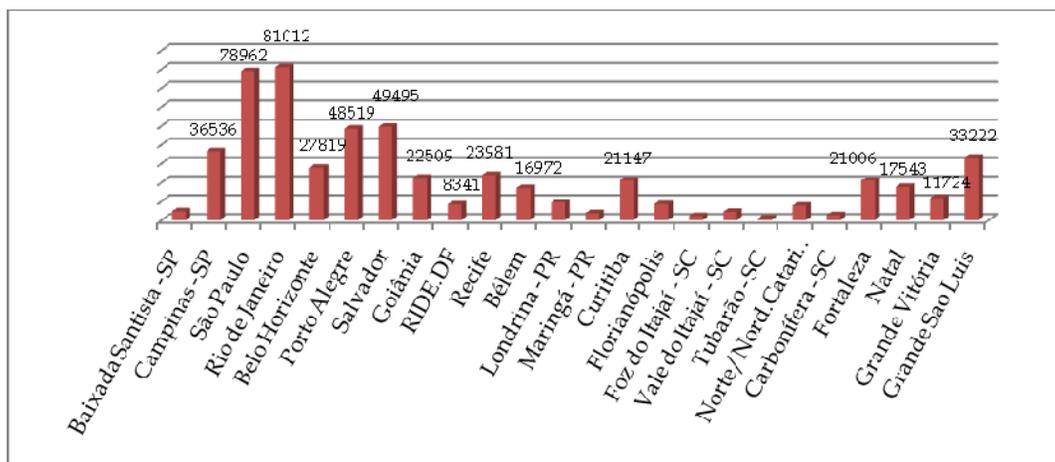


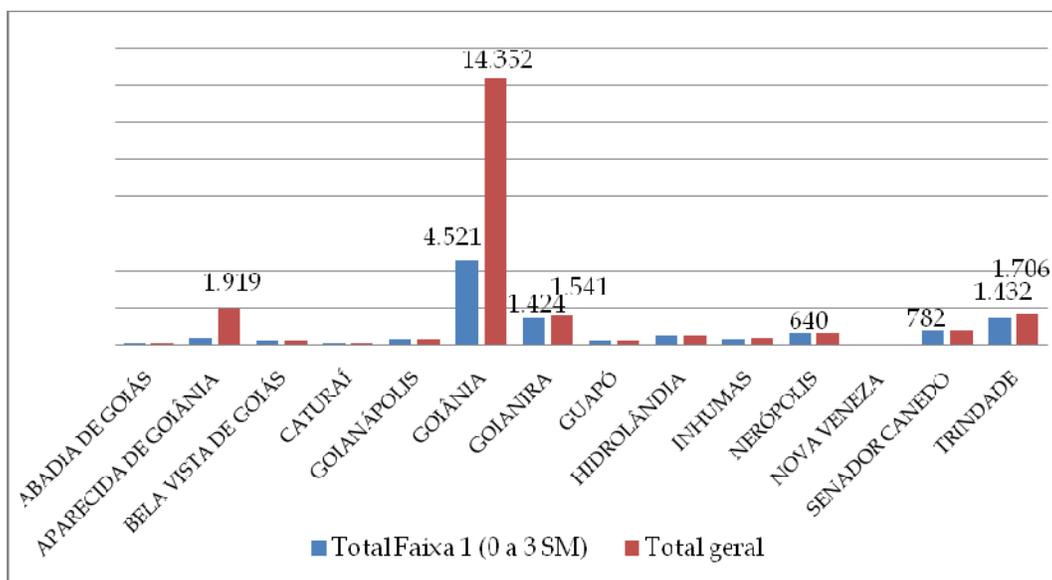
Gráfico 3: Número de Unidades do MCMV por Região Metropolitana - Total Geral - 2009 à agosto/2012



Fonte: MPOG, agosto de 2012.

Entre os municípios da RM de Goiânia, os dados agregados de todos os programas de moradia - unidades habitacionais contratadas, base do MPOG até agosto de 2012, mostram a maior participação dos municípios de **Goiânia** (todas as faixas de renda), **Aparecida de Goiânia** (destaque faixa 3 a 6 salários mínimos), **Trindade** (destaque faixa 0 a 3 salários mínimos) e **Goianira** (destaque MCMV Entidades) - e em segundo plano os municípios de **Nerópolis** (destaque faixa 0 a 3 salários mínimos) e **Senador Canedo** (destaque faixa 0 a 3 salários mínimos), ilustração no Gráfico a seguir.

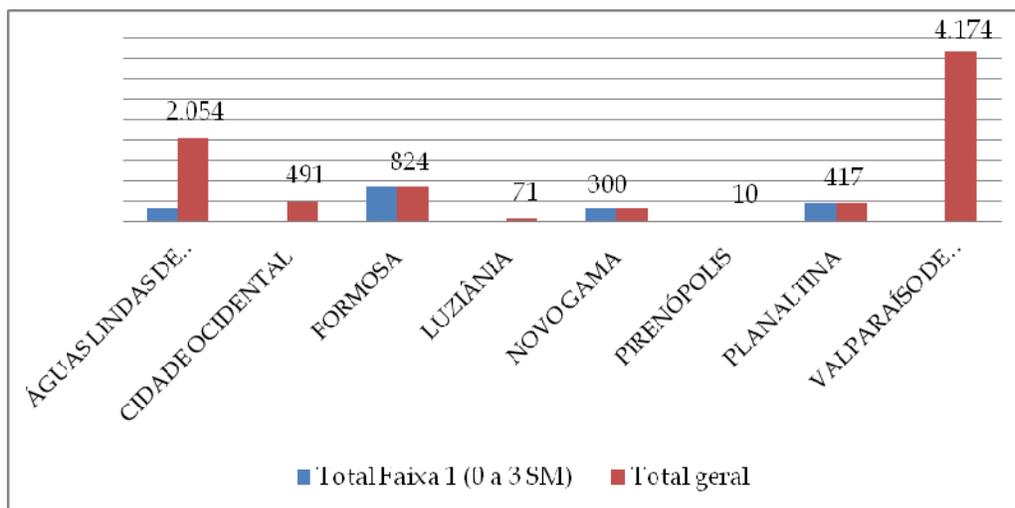
Gráfico 4. Empreendimentos do MCMV na RM de Goiânia (nº UH)



Fonte: MPOG, agosto de 2012.

Entre os municípios da RIDE.DF, os dados agregados de todos os programas de moradia - unidades habitacionais contratadas, base MPOG, até agosto de 2012, mostram a maior participação dos municípios de: **Valparaíso de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Formosa, Cidade Ocidental e Planaltina** (conforme Gráfico a seguir).

Gráfico 5. Empreendimentos do MCMV no Entorno de Brasília (nº UH)



Fonte: MPOG, agosto de 2012.

Do ponto de vista da política habitacional realmente estruturada, no entanto, vários estudiosos alertam quanto à inversão da estratégia de fortalecimento do

papel do setor público na produção de moradias em detrimento da produção empresarial (a construtora define o terreno e o projeto⁹).

De modo geral, as análises preliminares apontam que a produção habitacional que vem sendo feita no âmbito do MCMV e de forma mais ampla no chamado ‘segmento econômico’ habitacional no Brasil “é, em grande parte, de péssima qualidade urbanística e arquitetônica”: o dimensionamento reduzido das unidades, a não-otimização dos espaços de circulação, inflexibilidade das plantas para os diferentes perfis familiares, além da localização dos empreendimentos – em geral distantes dos centros urbanos, implicando alto custo social de se levar infraestrutura, transporte, equipamentos e serviços urbanos e má qualidade de vida às famílias.¹⁰

Um dos temas centrais de discussão sobre políticas habitacionais no mundo hoje, particularmente em países que vivem ou já viveu experiências de produção de massa de habitações populares por programas impulsionados por governos, é o tema da inserção urbana dos conjuntos. Embora em cada um dos contextos nacionais o tema ganhe contornos específicos, o elemento comum que caracteriza o debate se refere às consequências urbanísticas e sociais da implantação de habitações populares de forma massiva, que tem sido localizada predominantemente em áreas menos valorizadas das cidades, marcadas por alguma forma de precariedade em termos urbanísticos, por pouca ou nenhuma diversidade funcional e pela extrema homogeneidade social de seus moradores (Kenna 2008).

Com a passagem dos anos, e, em muitos casos, gerações, muitos destes projetos se transformaram em repositórios dos setores de mais baixa renda das cidades, de desempregados e/ou de populações precariamente inseridas nos sistemas de emprego formal das cidades. Segregados do resto da cidade, estes grandes conjuntos se transformaram em ilhas de pobreza, e mais recentemente de concentração de problemas sociais como a presença de tráfico de drogas, violência doméstica e, mais recentemente, como assistimos nos *grandes ensembles* de Paris em 2005 e nas periferias inglesas em 2011, de agitação social e explosão de violência. (Wacquant 2007; Rodriguez & Sugraves 2005; Logan 2002).

O impacto urbanístico desta localização nas cidades e sobre a vida das famílias tem sido trabalhado na literatura através do conceito de segregação sócio-

¹⁰ Discussão levantada por ARANTES, P. F. e FIX, Mariana. **Minha Casa Minha Vida: o pacote habitacional**. (mimeo). In: www.correiocidadania.com.br/content/blogcategory/66/171.

¹¹ Apresentação de WHITAKER, J. S. F. e LEITÃO, K (Coord.). **A nova cara do urbano no Brasil: reflexões sobre a produção habitacional do “segmento econômico”** Sessão Livre – XIV Encontro da ANPUR, 23 a 27 de maio, 2011, Rio de Janeiro – RJ.

espacial, tópico que se constitui uma das articulações mais freqüentes, mas, também, mais difícil de estabelecer na teoria e na investigação das ciências sociais: a que liga as dimensões econômicas, culturais e políticas com as dimensões espaciais da realidade social (Sabattini & Sierralta 2005). Os estudos que procuraram definir indicadores para captar os níveis de segregação tenderam a concentrar suas metodologias em dois grandes eixos: os níveis de concentração – ou “clustering” – de determinados grupos sociais no espaço (Massey & Denton 1988), e a caracterização diferencial de acessos aos recursos econômicos, ambientais e culturais existentes nas cidades como elementos estruturadores da economia política das cidades (Logan & Molotch 1987).

Considerações Finais

Os estudos sobre a rede urbana brasileira atestam a metropolização em curso no Centro-Oeste: Brasília consolidada como Metrôpole Nacional, a partir do Regic 2007, e Goiânia Metrôpole Regional. Os indicadores demográficos ilustram a concentração populacional nas iminências do Eixo Goiânia-Brasília (em torno de 60% da população de Goiás), evidenciando a fragilidade das transformações recentes com a urbanização desordenada e a decorrente periferação. A taxa média de crescimento da Região Metropolitana de Goiânia (2,23%) foi maior que a do Estado de Goiás (1,84%), sendo que a Periferia teve crescimento bem maior (2,97%) que o Núcleo Metropolitano (1,77%).

A população do Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília alcançou, em 2010, um contingente de 6.224 milhões de habitantes. Os dados de crescimento das regiões metropolitanas, do IBGE, evidenciam a RM de Goiânia e a RIDE/DF entre as cinco primeiras do país. Além disso, os indícios de preocupação do Governo Federal com o planejamento territorial visando frear a “megaconcentração” em Brasília (explicitado no estudo do MPOG/Brasil, 2008), os grandes projetos viários como o projeto do “trem de média velocidade” entre Goiânia e Brasília – o chamado “trem pequi”, sob a responsabilidade da SUDECO/ANTT, outros projetos políticos como o do Governo Estadual de Goiás do “Eixo de Desenvolvimento Goiânia-Anápolis-Brasília”, além de outros fatores, evidenciam que estamos diante de um processo a caminho da consolidação de uma grande metrôpole – “macro-metrôpole” ou “megalópole” ou ainda “cidade-região”? Certamente nenhum destes conceitos se aplicariam na definição desse “arranjo urbano regional” que vem se estabelecendo entre as duas

metrópoles agroindústrias do cerrado. Mas não se pode negar que estamos diante de um fenômeno de grandes proporções.

Pensando na questão da habitação de interesse social e da inserção urbana dos conjuntos produzidos pelo Programa Minha Casa Minha, tanto do ponto de vista dos padrões de segregação sócio espacial vigentes, como do ponto de vista de seus impactos nas vidas das famílias moradoras, deixamos aqui registrada a mesma preocupação que orienta o debate internacional sobre as políticas habitacionais contemporâneas: para onde estamos levando a nossa população que depende da habitação de interesse social? E, se e em que medida as famílias de baixa renda estão morando “melhor”? Quais as conseqüências urbanísticas e sociais da implantação de habitações populares da forma como vem sendo realizada? No caso da RM de Goiânia e do Entorno de Brasília, a localização predominante destes empreendimentos em áreas menos valorizadas, marcadas pela precariedade urbana, por pouca ou nenhuma diversidade funcional – grandes conjuntos habitacionais em áreas de concentração de problemas sociais, com a presença de tráfico de drogas e explosão de violência (caso exemplar dos municípios do Entorno da RIDE) estaria contribuindo para efetivar novas formas de segregação socioespacial ou novas ilhas de pobreza?

Bibliografia

ALMEIDA, M. G; TEIXEIRA, K. A. e ARRAIS, T. A. (Orgs). **Metrópoles: Teoria e Pesquisa sobre a dinâmica metropolitana**. Canône Ed. Goiânia, 2012.

ARANTES, Pedro Fiori e FIX, Mariana. *Minha Casa Minha Vida: o pacote habitacional*. (mimeo). Disponível em: www.correiodacidade.com.br/content/blogcategory/66/171. Acesso: em agosto de 2011.

ARRAIS, T. A. **A região como arena política: um estudo sobre a produção da região urbana Centro-Goiano**. Ed. Vieira, Goiânia, 2007.

— . **A cidade e a região/a cidade-região: reconhecer processos, construir políticas**. Cadernos Metrôpoles n. 20 (p.81-91), 2. Semestre de 2008.

BONDUK, Nabil. *O boom imobiliário vai chegar à habitação de interesse social?* Agência Estado, 15 de janeiro de 2008.

— . *Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa Minha Vida*. Teoria e Debate, n. 82, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

BARREIRA, C. C. M. **Fragmentação das cidades-regiões na dinâmica espacial goiana: os entornos de Brasília e Goiânia.** (mimeo). Projeto selecionado no Edital Universal MCT/CNPq/2011). Goiânia, 2011.

BORGES, E. M. e MOYSÉS, A. *A retomada dos financiamentos públicos imobiliários e a produção para os Setores Populares: impactos na reconfiguração espacial da RM de Goiânia.* XIV ENANPUR. Rio de Janeiro/RJ, maio de 2011.

BRASIL. MPOG. **Estudo da dimensão territorial para o planejamento, 2008.** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Sec. Planej. E Investimentos Estratégicos. Brasília, 2008.

CARDOSO, Adauto Lúcio (Org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Territoriais.** Coleção Habitação e Cidade - volume 1. Editora: Letra Capital, Rio de Janeiro, 2012.

— . *Desafios para a política habitacional: 2ª Etapa do Programa MCMV.* (entrevista). Boletim do Observatório das Metrópoles, 22 de junho de 2011. Disponível em: www.observatoriodasmetrololes.net

CARDOSO, A. L. e LEAL, J. A. *Mercados Habitacionais no Brasil: Tendências recentes e respostas governamentais para a crise de 2008.* (mimeo). ISA - International Housing Conference. Glasgow. 1-4/09/2009.

EGLER, C. A. G; MENDES, C. C; PEREIRA, R. H. M. e FURTADO, B. A. **Bases conceituais da rede urbana brasileira: análise dos estudos de referência.** In: PEREIRA, R. H. M. e FURTADO, B. A. (Orgs.) *Dinâmica Urbano-Regional: Rede Urbana e suas Interfaces.* IPEA, Brasília, 2011.

FIX, Mariana A. B. *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil.* (tese de Doutorado). IE/UNICAMP, 01 de novembro de 2011.

Guimarães & Leme. **A região Metropolitana de Brasília.** IPEA/IBGE/NESUR-UNICAMP. Relatório de Pesquisa, 1999.

HADDAD, M. B., **Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília: estruturação, interrupção e retomada das políticas públicas,** Dissertação Mestrado, PUC.GO/MDPT, 2010.

IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro - RJ, 2011.

— . **Regiões de Influência das Cidades-2007,** Rio de Janeiro - RJ, 2008.

IPEA. **Configuração atual e tendências da rede urbana do Brasil.** (Série Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil, V. 1). Convênio IPEA/IBGE/NESUR-IE-UNICAMP. Brasília, IPEA, 2002.

Kenna, P. **Globalization and housing rights**", *Indiana Journal of Global Legal Studies*, vol. 15, nº 2 (julho de 2008), págs. 397 a 469.

LIMA, J. J. F. e MOYSÉS, A. (Org.), **Como Andam Belém e Goiânia**. Série Como Andam as Regiões Metropolitanas - Letra Capital/Observatório das Metrôpoles. 2ª Ed. V. 11. P. 85-121. Rio de Janeiro, 2009.

LEME, H. J. C. **A especialidade do desenvolvimento: as cidades na Região Centro-Oeste**. In: GONCALVES, M. F; BRANDÃO, C. A; e GALVÃO, A. C. F. (Org.) *Seminário Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões: O Desafio Urbano-Regional*. Ed. UNESP/ANPUR. 2003.

Logan, John R., e Molotch Harvey L. **Urban fortunes: the political economy of place**. Berkeley, CA: University of California Press, 1987.

Logan, John; and Mollenkopf, J. **"People and Politics in America's Big Cities,"** Report of the Lewis Mumford Center for Comparative Urban and Regional Research, Albany, N.Y.: The Lewis Mumford Center, 2002.

MAGALHÃES, F. N. C. **Da Metrôpole à Cidade-Região: na direção de um novo arranjo espacial metropolitano**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V. 10, N. 2, P. 9-27. ANPUR, novembro, 2008.

MASSEY, D. & DENTON. **"The dimensions of residential segregation"**. Social Forces, US, v.67, n.2, 1988.

MARICATO, Ermínia. **A nova política nacional de habitação**. In *Jornal O Valor*, São Paulo, 24 de novembro de 2005.

MARINHO, A. S. e FERNANDES, C. A. V. **Programa MCMV: Perspectivas e Oportunidades**. Superintendência Nacional de Habitação de Mercado. III ENBRACI, junho de 2011.

MOYSÉS, A; BORGES, E. M. e CUNHA, D. F. **O estado de Goiás e a Região Metropolitana de Goiânia no Censo 2010**. Boletim Informativo do Observatório das Metrôpoles/INCT-CNPq. Ano III, nº 196, p. 1-27, 03 de agosto de 2011. In: www.observatoriodasmetropoles.net

MOURA, R. **A cidade em transformação: processos, conceitos e novos conteúdos**. Bahia Análise & Dados, V. 19, n. 2, Salvador. jul/set. 2009.

— . **Arranjos Urbanos Regionais no Brasil: o conteúdo modificado da concentração e da desigualdade**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, n. 115,, p. 199-210, Curitiba, jul-dez. 2008.

RESENDE, U. P. e ARRAIS, T. P. A. *Especulação imobiliária e verticalização: um estudo a partir da implantação do Parque Cascavel*. (mimeo) – VIII Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão da UFG, 2011.

RIBEIRO, L. C. Q. e LAGO, L. C. **Dinâmica metropolitana e os novos padrões de desigualdade social**. São Paulo em Perspectiva, 9 (2), 1995.

RIBEIRO, R. J. da C. **A Região de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal - RIDE.DF no Censo 2010**. Boletim Informativo do Observatório das Metrôpoles/INCT-CNPq. Ano III, nº 195, 27 de julho de 2011. In: www.observatoriodasmetropoles.net

Rodriguez, A. & Sugranyes, A. - *“Los Con Techo. Um desafio para la política de vivienda social”*. Ediciones SUR 2005.

Sabattini, F.; Sierralta, C. *“Medição da segregação residencial: meandros teóricos e metodológicos e especificidade latino-americana”*. In: CUNHA, J.M.P. (Org.). *Novas metrópoles paulistas - população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Unicamp, 2006.

SHIMBO, Lúcia Z. *Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro*. Tese de Doutorado, PPGAU/Escola de Engenharia de São Carlos - USP, junho de 2010.

SILVA NAIME, JÉSSICA M. M. *Os interesses em torno da política de habitação social no Brasil: a autogestão no Programa Crédito Solidário*. Dissertação de Mestrado, IPURR/UFRJ, 2009.

SINDUSCON.GO - Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás. *O Futuro da Construção Civil em Goiás - Tendências, Projeções e Gargalos para 2011*. Palestra apresentada na CAIXA em Goiânia, em dezembro de 2010.

SOJA, E. W. *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. Blakcwell publishing, Oxford, 2002.

STEINBERGER, L. **O significado da Região Centro-Oeste na espacialidade do desenvolvimento brasileiro: uma análise geopolítica**. In: GONCALVES, M. F; BRANDÃO, C. A; e GALVÃO, A. C. F. (Org.) *Seminário Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões: O Desafio Urbano-Regional*. Ed. UNESP/ANPUR. 2003.

Wacquant, Loic. *“Parias Urbanos”*. Manantial Buenos Aires 2007

WHITAKER FERREIRA, João. S. e LEITÃO, Karina (coord.). *A nova cara do urbano no Brasil: reflexões sobre a produção habitacional do “segmento econômico”* Sessão Livre - XIV Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro/RJ, maio de 2011.